

#15

Notas sobre publicar: imaginações e limitações na década de 2020

MARGARIDA WACO

MASP Afterall

2020

Arte e descolonização

O MASP e o Afterall — centro de pesquisa dedicado à arte contemporânea e às histórias das exposições — estabeleceram uma parceria de estudos sobre o tema arte e descolonização. A iniciativa pretende questionar as narrativas oficiais e a configuração eurocêntrica do mundo da arte como uma história totalizante, produzindo também novas leituras sobre acervos e coleções de museus e exposições, por meio de workshops e seminários, além de publicações de artigos. O projeto aborda o surgimento de novas práticas artísticas e curatoriais, que questionam e criticam explicitamente os legados coloniais na arte, na curadoria e na produção de crítica de arte. Pretende-se que os eventos promovidos por esta parceria do MASP e do Afterall estimulem novas discussões e pesquisas sobre descolonização, decolonialidade e estudos pós-coloniais.

Notas sobre publicar: imaginações e limitações na década de 2020

MARGARIDA WACO

O ano de 2020 irradiou ondas vibracionais que reverberaram em todo o mundo. Após o assassinato de George Floyd pelas mãos da polícia e os protestos subsequentes que, inicialmente organizados pelo movimento Black Lives Matter [Vidas Negras Importam] nos Estados Unidos, se espalharam em uma velocidade sem precedentes por todo o globo, empresas, instituições e organizações no Norte Global. Estas agarraram-se com frenesi às promessas de “inclusão” e “diversidade” numa tentativa de permanecerem relevantes. Ao longo do ano passado — época de choques sísmicos políticos, sociais e culturais — testemunhamos diversas tentativas performáticas da parte de instituições de se alinhar aos novos discursos e termos dessas discussões. Todas foram tragadas por iniciativas duvidosas de confrontar suas próprias estruturas imperiais e/ou capitalistas. Tais instituições, no entanto, têm mostrado pouca ambição em desafiar as histórias de longa data que lhes permitiram existir — antes de mais nada, histórias de violência contra corpos negros e outros corpos alvos da racialização, que hoje continuam a ser sujeitados a diversas formas de violência. O mercado editorial não é nenhuma exceção.

UM TERRENO CONTESTADO

Publicar é intrinsecamente político; um instrumento de poder. Um terreno contestado no qual o poder está em constante negociação, onde ideias de memorialização “coletiva” são nutridas, e onde a maior parte da população global continua sendo silenciada. De certa forma, publicar permanece

uma instância na qual a história viaja pelo tempo em uma trajetória circular, sempre retornando ao seu epicentro, isto é, aos termos de sua fundação em sociedades imperialistas. Através da publicação, os legados do imperialismo são produzidos e reproduzidos em novas formas, na linguagem política contemporânea e em iconografias culturais. Isto ocorre, de modo particular, em sociedades nas quais a demasiado familiar discrepância Norte-Sul continua a girar, e onde mudanças em narrativas hegemônicas na paisagem da mídia dominante raramente ocorrem, impedindo assim, o desenrolar de histórias cruciais de libertação, decolonialidade e insurreição.

A partir desta perspectiva, gostaria de compartilhar algumas reflexões que interrogam criticamente não apenas quem dita quais histórias serão consideradas relevantes no século 21, mas também por quê. Desde qual posição falam, e quais são as consequências de tal viés posicional? Por outro lado, as vozes de quem estão sendo ouvidas, e como são as vozes que, de fato, emergem dada menor ou maior legitimidade, ou até mesmo são invisibilizadas na construção de narrativas globais?

Ao longo da história, o ato de publicar e as formas relacionadas de produção de conhecimento estiveram historicamente no centro do projeto colonial. Fortemente ligada aos impulsos coloniais, a publicação foi e continua sendo inextricavelmente ligada a várias formas de violência praticadas contra corpos que são alvo da racialização. Rastreando esses legados, as potências coloniais ditaram a produção literária, aplicando sistematicamente censuras e controle monopolista aos discursos críticos e a outras formas de produção de conhecimento. Para tanto, o ato de publicar se configura como um território de dominação, promovendo os ideais ocidentais que silenciam milhões de vozes consideradas subordinadas. Ainda hoje, nos deparamos com a ignorância sobre como responder a paradigmas de injustiça estrutural e dismantelar sistemas de racismo profundamente sustentados por tendências covardes de permanecer imparciais, ou por relutância em proclamar solidariedade a diferentes grupos. Vemos isso sendo praticado por empresas privadas e por instituições cívicas — inclusive universidades e museus — bem como em esferas da indústria cultural, que abrange ambos os setores.

Ainda assim, muito pode ser aprendido a partir das histórias que precederam nosso tempo. O projeto pan-

-africano, por exemplo, é um de muitos exemplos de uma forma de imaginação planetária com a qual ainda podemos aprender. Nesse contexto, as produções literárias de Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008), Amílcar Cabral (1924-1973) e Léopold Sédar Senghor (1906-2001), entre outras, informaram publicações progressistas de modo a servir como ferramentas cruciais para a resistência contra a dominação colonial. De tal perspectiva, a publicação tornou-se um local de progressão potencial nas lutas de libertação. Não apenas permitindo que os corpos colonizados entendessem suas próprias realidades políticas, mas, além disso, que se organizassem e, em última instância, lutassem contra essas realidades. Nesse sentido, a publicação tornou-se uma arma de libertação. Em minha opinião, usar estas figuras históricas e seus legados como suporte para visitar os potenciais transformadores, inerentes ao ato de publicar, pode ser uma tarefa nobre e crítica para desafiar os paradigmas do conhecimento. É essencial nutrir formas alternativas de narrativa relevantes para os tempos em que nos encontramos; narrativas que aspirem ser úteis e fomentem a solidariedade internacionalista.

REVISITANDO AS POLÍTICAS DO PUBLICAR: CONTEÚDO E FORMA

Publicações existem para veicular, produzir e selecionar conhecimento. No entanto, ao focar exclusivamente na ótica das pessoas envolvidas neste processo — na representação e “diversificação” —, a indústria editorial neste momento de “reforma” performativa tende a negligenciar as operações materiais fundamentais para si mesma; a questão de como o conhecimento é produzido e difundido, e as implicações desses processos nas estruturas fundacionais da violência. Entretanto, durante o período de reviravolta e suspense que presenciamos neste último ano, houve momentos de potencial ruptura ou inflexão desses processos. Nesse contexto, parece oportuno pensar a agência da publicação na década de 2020, somada a questão de sua relevância em sociedades nas quais sujeitos racializados continuam a ser alvos de várias formas de violência estatal e normativa. Como nos empenhamos para selecionar histórias alternativas que estendam a agência de publicação a pessoas marginalizadas? Como emprestamos esse poder às histórias que nos permitem compreender o mundo por meio

de múltiplas vozes e perspectivas, uma vez que as práticas curatoriais em seu cerne estão ligadas a um fundamento epistemológico e uma base de conhecimento definida por um olhar ocidental?

No entanto, Esta história subjacente a essa fundação é e tem sido passível de mudanças. Cruciais para a transmissibilidade das lições históricas — o seu potencial transformador e até mesmo revolucionário no presente — são as infraestruturas de circulação global de ideias alimentadas através do ato de publicar. Olhando para trás, para algumas das publicações mais influentes que tentaram explicitamente servir a uma determinada luta política, desde o jornal *The Black Panther* [A Pantera Negra], às revistas *Pacific Indigenous* [Indígenas do Pacífico] e *Présence Africain* [Presença Africana], para citar alguns. Tais publicações servem como modelos para descentralizar modos existentes de produção de conhecimento e, vale ressaltar, que os exemplos citados foram capazes ultrapassar uma determinada geografia. Embora tenham tomado forma principalmente como intervenções sociopolíticas, a capacidade que tiveram de ir além da ideia de Estado-nação foi de extrema importância para construir redes de solidariedade transnacional entre as pessoas que estão na linha de frente das lutas políticas. Portanto, o que se revelou vital para muitas dessas publicações foi uma infraestrutura logística que promoveu a disseminação de pensamentos progressistas. Ou seja, as políticas da forma e de distribuição são igualmente importantes para o conteúdo de uma publicação.

Quais decisões são tomadas para gerar renda? Quem faz parte dos processos de tomada de decisão e por quê? Ao responder estas questões, devemos enfrentar as estruturas capitalistas que ordenam as cadeias logísticas — não apenas o reembolso de contribuintes e dos salários pagos a integrantes das equipes editoriais, mas também as condições de trabalho da mão-de-obra externa, totalmente indispensável à própria indústria, desde os corpos de trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nas operações de impressão às pessoas envolvidas na logística de distribuição. Nesse confronto e ao pensar nas cadeias de trabalho que constituem a indústria, as considerações éticas devem permanecer no centro. Publicar envolve vastas constelações de produção políticas, éticas e sociais.

Para concluir, a descolonização é um processo. É uma noção que nos pede para recalibrar (em) vários níveis dife-

rentes. Assim como apontado as reflexões acima, trata-se de um processo multifacetado que nos força a nos mover além de promessas vazias de inclusão para, em última instância, repensar a forma como contamos histórias com vistas a dismantelar as hierarquias e regimes de poderes existentes, sem jamais ceder neste esforço sucumbir ao olhar ocidental e seus impulsos inerentemente violentos.

MARGARIDA WACO é arquiteta formada pela Royal Danish Academy (KADK) e pela Aarhus School of Architecture e editora da revista *The Funambulist* – uma revista bimestrial dedicada à política do espaço e dos corpos. Nascida em Angola, já viveu em diferentes países, tais como República do Congo, França e Dinamarca. Seu trabalho se encontra na intersecção de pesquisa, publicação e curadoria.

MASP

ORGANIZAÇÃO
Amanda Carneiro

COM A COLABORAÇÃO DE
André Mesquita
Yaiza Hernández Velázquez

DESIGN GRÁFICO
Bárbara Catta

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Bruno Rodrigues
Isabella Rjeille
Mariana Trevas

PRODUÇÃO EDITORIAL
Amanda Negri
Jacqueline Reis
Marina Moura
Marina Rebouças
Nathalia Aragão
Sabrina Oliveira

PREPARAÇÃO E REVISÃO
Bruna Wagner
Cecília Floresta

AFTERALL

ORGANIZAÇÃO
Adeena Mey
Ute Meta Bauer
Mark Lewis
Nav Haq

COM A COLABORAÇÃO DE
Amanda Carneiro
Amber Husain
Charles Stankievehc

DIRETORES DO EDITORIAL E
CENTRO DE PESQUISA
Charles Esche
Mark Lewis

GERENTE DE PROJETO
Lauren Houlton

COORDENADOR DO PROGRAMA
Beth Bramich

REVISOR
Janine Armin

Arte e descolonização é um projeto de longo prazo, coordenado por André Mesquita e Mark Lewis, que apoia o desenvolvimento de pesquisas realizadas pelo Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e pelo Afterall Research Center. Essa colaboração tem o apoio da British Academy e da University of the Arts London.

EDIÇÃO 2020 © Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e os autores